

RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.474 - RS (2019/0322000-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : **ALTAMIR GONCALVES AIRES**
ADVOGADO : **WILIAM COSTODIO LIMA E OUTRO(S) - RS080015**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ALTAMIR GONÇALVES AIRES, com fulcro na alínea "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região proferido na Apelação Criminal n. 5012230-15.2016.4.04.7102.

Colhe-se dos autos que o recorrente foi condenado pela prática dos crimes de estelionato e falsificação de documento público, à pena total de 3 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial aberto, substituída a sanção (e-STJ fl. 386).

O Tribunal de origem negou provimento à apelação interposta pela defesa, mas, de ofício, reduziu a reprimenda total para 3 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 382):

DIREITO PENAL OPERAÇÃO MENDAX. ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO. ART. 171, § 3º, DO CP. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO. ART. 297, § 3º, II DO CP. MATERIALIDADE E AUTORIA DEMONSTRADAS. DOLO DEMONSTRADO. DOSIMETRIA. BIS IN IDEM AFASTADO. REPARAÇÃO MÍNIMA.

1. Materialidade e autoria devidamente demonstradas. O dolo na conduta delitiva está devidamente demonstrado, pois os acusados utilizaram-se de usuário do sistema GFIPWEB para emissão irregular de GFIPs, referentes a vínculos trabalhistas inexistentes.
2. Configura o crime de estelionato majorado (art. 171, § 3º, do CP) a obtenção de seguro desemprego com base em vínculo trabalhista mendaz.
3. Inquéritos policiais e ações penais em curso não podem fundamentar a majoração da pena-base. Inteligência da súmula 444 do STJ.
4. O fundamento para majorar a pena-base e configurar a agravante não pode ser a mesma circunstância, sob pena de vedado bis in idem.
5. A reparação dos danos encontra previsão no artigo 387, IV, do CPP. Havendo pedido do MPF na denúncia, não há razão para

Superior Tribunal de Justiça

afastar a condenação.

Dáí o recurso especial, no qual se postula a aplicação do princípio da consunção entre os delitos de falsificação de documento público e estelionato, ao argumento de que aquele seria meio para a realização deste.

Contrarrazões às e-STJ fls. 431/443.

Parecer ministerial pelo não conhecimento do apelo (e-STJ fls. 485/487).

É o relatório.

A irresignação não ultrapassa o juízo de admissibilidade.

De fato, anoto que a aventada divergência jurisprudencial não foi demonstrada nos termos exigidos pela legislação processual de regência. A mera transcrição de ementas não serve à comprovação do dissídio, sendo necessário o cotejo analítico entre os acórdãos recorrido e paradigma, com a efetiva confirmação da similitude dos casos confrontados. Além do que, o ora recorrente não indica o dispositivo da legislação federal tido por violado ou objeto da divergência, o que inviabiliza a exata compreensão da controvérsia e atrai a aplicação do óbice da Súmula n. 284/STF.

Outrossim, ainda que se ultrapassasse tais óbices, o exame da pretensão recursal, neste tópico, demandaria ampla incursão na seara fático-probatória dos autos, expediente vedado pela Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator